CERISARA, Ana Beatriz, (2002). Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no bercário? comunicação, autonomia e saber- -fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

KISHIMOTO, Tisuko M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

3v.: il.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da

Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

2v.: il.

SHIROMA, A. O et al. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 2.ª Edição.

SMOLE E DINIS, coleção Mathemoteca, volume 02, Materiais manipulativos para o ensino de SND. SP, 2012.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. EM https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/82/2678.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NEUROPSICOPEDAGOGIA

DIFERENÇAS ENTRE DISTÚRBIOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

JACQUELINE CASTRO CUNHA

RESUMO:

Atualmente, o ambiente escolar tem enfrentado diferentes problemas em relação a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, incluindo dificuldades quanto a uma Educação Inclusiva. Diversas questões podem estar relacionadas a essas dificuldades, dentre elas os distúrbios e dificuldades de aprendizagem. Assim, o presente artigo teve por objetivo apresentar uma reflexão sobre aspectos voltados para as dificuldades de aprendizagem, bem como a importância da Neuropsicopedagogia para a compreensão e aplicação de metodologias que possam vir a solucionar as dificuldades. O olhar neuropsicopedagógico é importante e se faz necessário para compreender como os estudantes aprendem e identificar o que pode estar atrapalhando o aprendizado. Assim, realizou-se revisão bibliográfica a respeito do tema a fim de identificar quais são as contribuições da Neuropsicopedagogia, em como a influência dos distúrbios de aprendizagem durante esse processo. Os resultados encontrados demonstraram que a atuação do neuropsicopedagogo, enquanto área de conhecimento, é essencial pois o mesmo contribui para auxiliar não só na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, mas também no sentido de identificar possíveis dificulda-

des enfrentadas por esses estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Neuropsicopedagogia; Educação Inclusiva; Dificuldades de Aprendizagem; Distúrbios de Aprendizagem.

ABSTRACT:

Currently, the school environment has faced different problems in relation to student learning and development, including difficulties regarding Inclusive Education. Several issues may be related to these difficulties, including learning disorders and difficulties. Thus, the present article aimed to present a reflection on aspects related to learning difficulties, as well as the importance of Neuropsychopedagogy for the understanding and application of methodologies that may solve the difficulties. The neuropsychopedagogical look is important and is necessary to understand how students learn and identify what may be hindering learning. Thus, a bibliographic review was carried out on the subject in order to identify the contributions of Neuropsychopedagogy, as well as the influence of learning disorders during this process. The results found showed that the role of the neuropsychopedagogue, as an area of knowledge, is essential because it helps not only to understand the teaching and learning processes, but also to identify possible difficulties faced by these students.

KEYWORDS: Neuropsychopedagogy; Inclusive education; Learning difficulties; Learning Disorders.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva no Brasil é recente. A discussão começou efetivamente a partir do Decreto nº 1.428/1854 culminando com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Cem anos mais tarde, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), trazendo um atendimento mais humano, contemplando diferentes tipos de deficiência.

As pessoas com deficiência até então eram excluídas da sociedade. Na Educação, o mesmo ocorria já que nas escolas de ensino regular o atendimento era voltado apenas para filhos de famílias de classe alta, excluindo-se pessoas com deficiência, pobres e negros.

No contexto educacional atual, sabe-se que os estudantes não possuem o mesmo ritmo de aprendizagem e muitas vezes não conseguem atingir os resultados esperados para o ano no qual encontram-se matriculados. Existem inúmeras explicações para isso, entretanto, muitas vezes culpa-se a didática ou metodologia utilizada, havendo a necessidade de detectar se há alguma ligação ao campo neurológico.

De acordo com diferentes pesquisas, o Brasil atualmente apresenta quase que metade da sua população em fase escolar, com dificuldades de aprendizagem, que além do estudante envolve uma tríade relacionada ao papel do docente, da família e da Neuropsicopedagogia.

Quando detectado o problema, uma das hipóteses para diminuir ou até mesmo eliminar as dificuldades de aprendizagem seria o trabalho em conjunto do neuropsicopedagogo com o docente, uma

vez que atividades direcionadas logo de início podem trazer resultados significativos para o desenvolvimento desses estudantes.

Assim, o presente artigo teve por objetivo analisar historicamente a Educação Inclusiva no Brasil e as contribuições da Neuropsicopedagogia para o desenvolvimento desses estudantes. Ainda, como objetivos específicos temos uma discussão sobre as diferenças entre os distúrbios de aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem que muitas vezes são tratadas de forma igual em sala de aula.

Como justificativa, temos que nos dias atuais, o processo de inclusão se faz presente, mas, entre outras questões tem-se salas lotadas nas escolas da rede pública e a falta de recursos necessários, o que contribui para que esses estudantes passem desapercebidos dentre os demais, dificultando assim o seu desenvolvimento.

Como metodologia, utilizou-se revisão bibliográfica a respeito do tema a fim de discutir e observar as diferentes opiniões de pesquisadores tanto da área da Educação quanto da área da Neuropsicopedagogia.

2. DESENVOLVIMENTO

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em 1854, após diferentes movimentos sociais voltados para os direitos das pessoas com deficiências, o Brasil passou a se preocupar com essas questões. Logo no início, foram criados centros especializados, mas que cuidavam apenas de um determinado tipo de deficiência. O primeiro instituto brasileiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado em 1854 com atendimento especializado e instrução primária (BRASIL, 1854).

No ano de 1857, criou-se o Instituto dos Surdos Mudos, inicialmente restrito a pessoas com deficiência da elite, o que após alguns anos, passou também a atender pessoas com baixa renda (BRASIL, 1877).

Em 1926, o Instituto Pestalozzi foi criado para atender deficientes mentais, sendo marcado pelo assistencialismo social, bem como pela institucionalização de serviços.

Já em 1954, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) trouxe um trabalho diferenciado atendendo os diferente tipos de deficiência. No ano de 1957, o poder público assumiu a educação inclusiva criando campanhas sobre os diversos tipos de deficiências:

> A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados desse século (MAZZOTA, 2005, p. 15).

Quanto a referência legal voltada para a educação inclusiva surgiu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 4024/61, podendo-se destacar os Artigos: "Art. 88 - A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de

integrá-lo na comunidade"; Art. 89 - "Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais, receberá dos poderes políticos, tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções" (BRASIL, 1961).

O Plano Setorial de Educação e Cultura, em 1972, trouxe a educação inclusiva como uma das principais prioridades. Um ano depois, o projeto deu origem ao Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão federal relacionado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Assim, a inclusão passou a ter caráter educacional, conservando características assistencialistas.

Mantoan (2003), divide a história da educação inclusiva no Brasil em três grandes momentos: De 1854 a 1956, período marcado por iniciativas de caráter privado; De 1957 a 1993, período marcado por ações oficiais de âmbito nacional; De 1993 até hoje, caracterizado pelos movimentos relacionados à inclusão escolar.

Em 1994, a Conferência Mundial das Necessidades Educacionais Especiais, na Espanha, trouxe também discussões importantes a respeito da inclusão. Pela primeira vez, um documento discute sobre esse processo e a inserção dos estudantes com deficiências em classes regulares comuns, exigindo que as escolas se adaptassem as necessidades desses estudantes e não o contrário.

Segundo Mantoan (2003), em 2001, foi colocado em discussão na Câmara do Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação documento referente às Diretrizes Curriculares da Educação Especial. Desse período para os dias atuais, várias medidas foram criadas pelos governantes a fim de garantir o direito dos estudantes com deficiência.

Em nível nacional, podemos citar como exemplo, a Portaria Normativa nº 13/2007, que dispõe sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), a partir da necessidade de incluir através da disponibilização de equipamentos e materiais para as escolas da rede pública (BRASIL, 2007).

Assim:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

Rogalski (2010), explica que ao separar estudantes com deficiência de estudantes considerados “normais”, a inclusão deixaria de existir na vida dos mesmos. As Políticas Públicas educacionais devem assegurar os direitos desses estudantes para que eles possam frequentar a sala de aula regular, desenvolvendose e socializando-se, e não sendo excluídos.

DISTÚRBIOS RELACIONADOS A APRENDIZAGEM

Os distúrbios de aprendizagem podem aparecer associados ou não as dificuldades de aprendizagem. O distúrbio

é caracterizado como um termo genérico relacionado a diferentes aspectos que trazem desordem, dentre elas, dificuldades para aprender a falar, escrever, ouvir e desenvolver o raciocínio matemático (EIDT e TULESKI, 2007).

Sisto (2007), explica que o National Joint Commitee of Learning Disabilities (NJCLD) definiu o vocábulo dificuldade de aprendizagem como um conjunto de transtornos que se manifestam no desenvolvimento de alguma atividade e que podem acontecer em qualquer período de vida. Já os distúrbios apresentam comumente caráter orgânico e neurológico, no qual a dificuldade de aprendizagem está relacionada com fatores cerebrais e genéticos.

Assim:

> Um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, manifestadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático. Essas desordens são intrínsecas ao indivíduo e presume-se serem uma disfunção de sistema nervoso central. Entretanto, o distúrbio de aprendizagem pode ocorrer concomitantemente com outras desordens como distúrbio sensorial, retardo mental, distúrbio emocional e social, ou sofrer influências ambientais como diferenças culturais, instrucionais inapropriadas ou insuficientes, ou fatores psicogênicos. Porém, não são resultado direto destas condições ou influências (HAMMILL, apud CIASCA e ROSSINI, 2000, p. 36).

Desta forma, a disfunção neurológica é uma característica fundamental para diferenciar crianças que apresentam distúrbios de aprendizagem daquelas que possuem dificuldades de aprendizagem. É possível considerar que as dificuldades de aprendizagem podem ser revertidas por serem problemas no processo de ensino e aprendizagem, não relacionados a fatores biológicos. Quanto à incidência, até 2004, 40% da população em idade escolar já apresentava alguma dificuldade de aprendizagem, enquanto somente 3% a 5% são diagnosticados com distúrbios de aprendizagem (ROCHA, 2004).

Quando se trata de um distúrbio de aprendizagem, dificuldade ou incapacidade de aprender por algum motivo de origem orgânica, esse fator constitui um problema no processo de ensino e aprendizagem resultando em prejuízos (DROUET, 2003).

Os distúrbios de aprendizagem ocorrem como uma perturbação nos padrões de aquisição, assimilação e transformação de informações, seja por situações internas ou externas, por apresentar distúrbios de aprendizagem relacionados a disfunção do Sistema Nervoso Central (SNC), portanto, de caráter funcional. Qualquer distúrbio acaba por implicar em perturbação na aquisição, utilização, armazenamento das informações e inabilidade de solucionar problemas (CIASCA e ROSSINI, 2000).

Assim:

> Quando a aprendizagem não se desenvolve conforme o esperado para a criança, para os pais e para a escola ocorre a "dificuldade de aprendizagem". E antes que a "bola de neve" se desenvolva é necessário a identificação do problema, esforço, compreensão, colaboração e fle-

xibilização de todas as partes envolvidas no processo: criança, pais, professores e orientadores. O que vemos são crianças desmotivadas, pais frustrados pressionando a criança e a escola (FURTADO e BORGES, 2007, p. 3).

Os distúrbios de aprendizagem podem ser considerados de origem verbal e não verbal. Os distúrbios verbais estão relacionados as dificuldades em ler e escrever, como é o caso da Dislexia (GALABURDA e CESTNICK, 2003).

Já os distúrbios não verbais estão relacionados a problemas espaciais e de incapacidade de compreender o significado do contexto social. Surgem dificuldades na percepção tátil e visual, na coordenação motora e na destreza, acarretando em dificuldades no processo de escolarização (PESTUM et al., 2002).

Podemos destacar entre os vários distúrbios de aprendizagem existentes dois em especial: a Dislexia que resulta em dificuldades quanto à leitura, escrita e

soletração; e o TDA/H - Transtorno do Déficit de Atenção e hiperatividade resultando em dificuldades durante o desenvolvimento de tarefas (MANO e MARCHELLO, 2015).

Além das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, ainda temos no Brasil, problemas relacionados a formação docente, principalmente devido à falta de formação. Por isso, seria importante Políticas Públicas voltadas para essa questão, já que se o professor tivesse formação adequada, porque, uma intervenção realizada a tempo poderia influenciar positivamente todo o percurso escolar desses estudantes.

A família também é muito importante durante todo esse processo. O que se nota, é que as vezes os próprios pais e responsáveis não aceitam o fato do filho apresentar algum tipo de distúrbio, ignorando esse fato e esquecendo-se que ela precisa de acompanhamento, para que ela possa se desenvolver de forma plena.

Por isso, é preciso tolerância e ao mesmo tempo sensibilidade, a fim de promover diferentes intervenções que contribuam para ultrapassar as dificuldades e se desenvolver de forma plena com o auxílio da Neuropsicopedagogia.

NEUROPSICOPEDAGOGIA E APRENDIZAGEM

Diversos estudiosos de diferentes áreas passaram a tentar compreender o campo da Educação no que tange às formas de aprendizagem que o ser humano apresenta.

Piaget (1988), compreende o aprendizado como um método de crescimento intelectual, que se dá mediante o desenvolvimento das estruturas de pensamento e está relacionada à ação do indivíduo sobre o meio, partindo do princípio de interação de Vygotsky, ocorrendo em três etapas: assimilação, acomodação e equilibração.

A assimilação é definida como um dispositivo de integração das particularidades, as estruturas intelectuais que o indivíduo dispõe naquele exato momento. A acomodação se refere ao mecanismo complementar em que os esquemas ou estruturas do indivíduo devem se adaptar às propriedades e particularidades de determinado objeto. Já a equilibração é um

processo generalizado em que o indivíduo deve compensar ativamente as perturbações que o meio lhe oferece, como por exemplo, dificuldades, resistências ao objeto, problemas, entre outros.

Assim, o desenvolvimento intelectual da criança, ainda segundo o autor, provém de um estado de equilibração progressivo, em que há uma mutação contínua entre um estado de menor equilíbrio para um estado de maior equilíbrio. Cada estágio desse desenvolvimento constitui, uma forma pessoal de estabilidade e a sequência do desenvolvimento mental caracterizando uma equilibração completa.

Já para Vygotsky (1991), o aprendizado ocorre a partir de diferentes níveis de desenvolvimento: o real (atuação da criança ao realizar suas tarefas sem a ajuda de ninguém) e o potencial (quando a criança recebe a ajuda de alguém). De acordo com esse pensamento, o nível de desenvolvimento real está relacionado ao desenvolvimento intelectual e às funções amadurecidas da criança; no potencial, às suas realizações são delineadas a nível futuro, ou seja, aquilo que está em processo de maturação.

Nesses níveis pode-se encontrar a zona de desenvolvimento, que segundo ele seria o intervalo entre o nível de desenvolvimento real determinado através da solução independentemente dos problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução dos mesmos sob a orientação de um adulto (VYGOTSKY, 1991).

Ainda segundo o autor, existem vários fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo, destacando-se a Hereditariedade que é a composição genética, estabelecendo o potencial de aprendizagem do indivíduo, já que existe comprovação científica dos aspectos genéticos relacionados à inteligência. E a influência do Meio que está relacionado às influências e estímulos ambientais que alteram os padrões de comportamento do indivíduo.

Partindo-se para a Neuropsicopedagogia temos que:

> [...] a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino (FONSECA, 2014, p.1).

A Neuropsicopedagogia é uma área de estudo, que envolve os processos de ensino e aprendizagem. Os estudantes não conseguem se desenvolver sem envolver os diferentes contextos sociais, históricos, culturais, educacionais, econômicos, entre outros. Tudo isso está relacionado aos processos cerebrais onde as sinapses contribuem para a liberação de substâncias químicas, os neurotransmissores, que farão grande diferença na aquisição da aprendizagem (ARAUJO et al., 2010).

Ou seja, para que os estudantes aprendam é preciso que ocorra uma interação entre os aspectos biológicos e os aspectos sociais e psicológicos, fazendo com que os mesmos alcancem sucesso durante a sua trajetória escolar.

O cérebro é o principal órgão do SNC e é responsável pelo controle corporal, além claro, da aprendizagem. As

contribuições da Neuropsicopedagogia no processo educacional contribuem para evitar o fracasso escolar ao longo da Educação Básica. A plasticidade neural, principalmente na infância e juventude, quando bem estimulada pode diminuir em muito as dificuldades de aprendizagem, já que o cérebro se adapta constantemente, criando e recriando processos e conhecimentos.

Para a Neuropsicopedagogia, muitas vezes o fracasso escolar está relacionado a diversos fatores: biológico, social, histórico, econômico, influenciando diretamente na aprendizagem, em especial, daqueles que já apresentam ao longo das etapas da Educação Básica histórico de insucesso escolar. Assim, é preciso realizar uma intervenção significativa a fim de que o estudante se desenvolva:

Representação de entretenimentos e jogos que promovam a motivação e interesse da criança a participar de forma ativa; conter elementos de diferenciação que possam prender a atenção da criança durante o processo; possibilitar a estimulação das áreas mais comprometidas da criança, utilizando-se das mais desenvolvidas a fim de tornar a intervenção mais completa possível; eliminação de fatores inibitórios que possam bloquear a estimulação programada (PERUZZOLO e COSTA, 2015, p.7).

Fazer uso da Neuropsicopedagogia, traz grandes possibilidades, principalmente com relação a Educação Inclusiva. Ainda, é preciso contar também com a criação de Políticas Públicas, com a formação docente, com apoio psicológico, dentre outras questões que dependem não só das escolas, mas, também dos governantes. Assim, temos que:

As neurociências não propõem uma nova pedagogia e nem prometem solução para as dificuldades da aprendizagem, mas ajudam a fundamentar a prática pedagógica que já se realiza com sucesso e orientam ideias para intervenções, demonstrando que estratégias de ensino que respeitam a forma como o cérebro funciona tendem a ser mais eficientes (COSENZA e GUERRA, 2011, p.139).

É importantíssimo ficar claro que o estudante é um ser social e afetivo, antes mesmo de começar a frequentar a escola. Assim, é preciso levar em consideração os quatro pilares da educação: aprender a ser, a fazer, a conviver e a conhecer; na busca por desenvolver as diferentes competências e habilidades, algo que precisa ser colocado em prática constantemente.

3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva vem ganhando força em diversos países, inclusive no Brasil. O histórico brasileiro aponta que apesar das Políticas Públicas promulgadas principalmente a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca até os dias atuais, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades implementá-la integralmente.

Novos desafios tem vindo à tona tanto com relação a área da pesquisa quanto as práticas pedagógicas. A primeira trata-se da forma como os pesquisadores conduzem suas pesquisas, já que o objetivo é auxiliar, facilitar a compreensão e dar subsídio para os docentes a utilizarem em sala de aula. Por outro lado, o governo precisa proporcionar formação específica

e continuada para os docentes a fim de atender melhor às necessidades desses estudantes.

Quanto a atuação do neuropsicopedagogo, enquanto área de conhecimento, o mesmo contribui para auxiliar não só na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, como também para identificar possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes. O seu trabalho junto ao docente abre novas possibilidades a eles a fim de que os mesmos possam superar essas dificuldades e se desenvolverem de forma plena.

Por fim, com relação as famílias é fundamental que as mesmas participem não só em casa, mas que acompanhem os processos pedagógicos a fim de que se possa auxiliar no desenvolvimento desse estudante, mantendo uma comunidade de aprendizagem junto ao docente.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R.V.S. et al. Papel das Sinapses Elétricas em Crises Epilépticas.

Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/jecn/v16n4/06.pdf Acesso em 21/mai/2019. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Cria nesta Corte um instituto denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 1, p. 295-300, 1854.

BRASIL. Decreto nº 6.760, de 1º de dezembro de 1877. Cria os conselhos que têm de administrar o patrimônio do Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-Mudos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 938-9, 1877.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/19601969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Ite mid=817>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CIASCA, S.M.; ROSSINI, S.D.R. Distúrbios de aprendizagem: mudanças ou não? Correlação de dados de uma década de atendimento. Temas sobre Desenvolvimento. 2000; 8(48):11-6.

COSENZA, R.M.; GUERRA, L.B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre, Artmed,2011.

DROUET, R.C. Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo, SP: Ática, 2001.

EIDT, N. M.; TULESKI, S. C. Discutindo a medicalização brutal em uma sociedade hiperativa. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. Psicologia históricocultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 221-248.

FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista Psicopedagogia, Portugal.